

# A COMUNICAÇÃO POPULAR REFLETIDA NAS DISSERTAÇÕES E TESES EM COMUNICAÇÃO NO BRASIL ENTRE 1972 E 2012

POPULAR COMMUNICATION REFLECTED ON DISSERTATIONS AND  
THESES ON COMMUNICATION, IN BRAZIL, FROM 1972 TO 2012

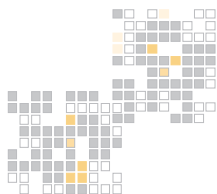
*LA COMUNICACIÓN POPULAR REFLEJADA EN LAS DISERTACIONES  
Y TESIS EN COMUNICACIÓN, EN BRASIL, ENTRE 1972 Y 2012*

## Maria Alice Campagnoli Otre

■ Docente da Universidade de Marília (Unimar). Doutora em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Seus trabalhos mais importantes são "Comunicação popular, alternativa e comunitária: um olhar sobre 40 anos de pesquisas no Brasil" (2016) e "Quarenta Anos de Pesquisa Sobre Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária no Brasil: Análise da Produção Discente na Pós-Graduação Stricto Sensu em Comunicação (2015)". É membro do Núcleo de Pesquisa Comuni – Comunicação Comunitária e Local, do POSCOM/Umesp, desde 2007.

■ E-mail: maliceotre@gmail.com

68



## RESUMO

Trata-se de uma sistematização sobre a comunicação popular, alternativa e comunitária refletida nas teses e dissertações dos programas de pós-graduação em comunicação, no Brasil, entre 1972 e 2012; por meio de pesquisa exploratória, bibliográfica e análise de conteúdo das produções acadêmicas selecionadas. Esta síntese advém da tese de doutorado da autora (Otre, 2015), com foco no questionamento proposto neste dossiê de como, a partir das pesquisas, se está respondendo às transformações que a sociedade demanda? Traçou-se um paralelo entre o contexto em que as pesquisas foram desenvolvidas e como isso se manifestou na academia, pautando reflexões no país.

**PALAVRAS-CHAVE:** COMUNICAÇÃO POPULAR; DEMANDAS SOCIAIS; PESQUISAS ACADÊMICAS; BRASIL.

## ABSTRACT

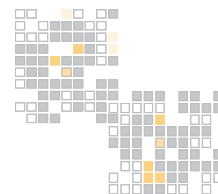
The aim of this paper is to develop a systematization of community and alternative popular communication reflected on the theses and dissertations of the communication graduate programs, in Brazil, from 1972 to 2012, developed through bibliographical exploratory research, and content analysis of selected academic works. This summary comes from the author's doctoral thesis (Otre, 2015), focused on this dossier questions, based on the researches, about what have been the answers to the changes demanded by the society? A parallel has been traced between the historical context in which the researches were developed and how that was manifested in the academic production, guiding reflections all over the country.

**KEYWORDS:** POPULAR COMMUNICATION; SOCIAL DEMANDS; ACADEMIC RESEARCH; BRAZIL.

## RESUMEN

Se trata de una sistematización sobre la comunicación popular, alternativa y comunitaria reflejada en las tesis y disertaciones de los programas de posgrado en comunicación en Brasil entre 1972 y 2012. El artículo se vale de investigación exploratoria, bibliográfica y el análisis de contenido de las producciones académicas seleccionadas. Esta síntesis proviene de la tesis doctoral de la autora (Otre, 2015), con enfoque en la discusión propuesta en este dossier de ¿cómo desde las investigaciones académicas, se está respondiendo a las transformaciones que la sociedad demanda? Se trazó un paralelismo entre el contexto en el que se han desarrollado las investigaciones y cómo eso se reflejó en la academia, guiando reflexiones en el país.

**PALABRAS CLAVE:** COMUNICACIÓN POPULAR; DEMANDAS SOCIALES; INVESTIGACIONES ACADÉMICAS; BRASIL.



## 1. Introdução

Na convocatória para o dossiê que discute muito pertinentemente a Comunicação Popular, Cidadania e Mudança Social, algumas intrigantes questões nos convidavam à reflexão; dentre elas, “Como a partir das pesquisas acadêmicas referentes ao tema, se está respondendo as transformações que a sociedade demanda?”.

Esse questionamento vem ao encontro de uma pesquisa concluída em 2015, fruto de minha tese de doutorado, em que analiso 40 anos de produção acadêmica *stricto sensu* no Brasil (1972-2012) sobre a comunicação popular, alternativa e comunitária, no âmbito das classes subalternas e no contexto dos movimentos populares.

Os objetivos da pesquisa permeavam este questionamento feito pela ALAIC. Buscava-se identificar as principais tendências teórico-metodológicas da subárea, assim como os objetos iluminados por essas pesquisas e o quanto elas refletem as transformações vividas na prática comunicacionais dessas experiências populares de comunicação em um período que englobou a ditadura militar, a abertura política, o crescimento econômico do país, a regulamentação da televisão e rádio comunitárias e a chegada ao poder de um partido de esquerda.

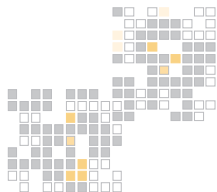
Em síntese, para a elaboração da tese valeu-se de pesquisa bibliográfica e de pesquisa documental, além de pesquisa em banco de dados de teses e dissertações fornecido pela Capes, com os títulos das pesquisas desenvolvidas de 1987 a 2012, totalizando 9.787 produções. Foi necessária ainda a complementação de dados diretamente junto aos PPGs, cujos trabalhos foram defendidos antes de 1987, pois o banco de teses da Capes não atendia este recorte temporal. Totalizamos 102 teses e dissertações analisadas. Em sua fase final, foi aplicada análise de conteúdo nas teses e dissertações, primeiramente com enfoque quantitativo e posteriormente análise qualitativa do texto completo das teses. No de-

correr da revisão teórica da pesquisa, contamos com o apoio do software NVivo que, por meio de mapas conceituais e definições de nós temáticos, mostrou-se uma ferramenta importante para a pesquisa bibliográfica.

Apresentado um breve panorama de como se desenvolveu a tese, trago para este dossiê um recorte em que destaco alguns resultados quanto aos conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária, desenvolvidos de maneira negociada por meio da revisão bibliográfica e revisão das dissertações e teses; assim como o reflexo do contexto histórico vivido de 1972 a 2012 no país sobre sua produção discente de pós-graduação *stricto sensu*.

Elaboramos, para isso, categorias que apresentassem o enfoque principal da produção discente de pós-graduação, de forma a agrupar as 24 maneiras diferentes que os pesquisadores conceituaram/denominaaram as experiências comunicacionais populares, em quatro, que possibilitassem uma melhor análise das pesquisas, sendo elas: comunicação popular alternativa; comunicação popular comunitária; comunicação popular, alternativa e comunitária; e, por fim, jornalismo popular alternativo. Além disso, por meio de recortes temporais de análises, identificamos quatro fases principais do contexto histórico que vimos refletidas nas pesquisas, sendo elas: 1) fase fundante da comunicação popular; 2) legalização e democratização da comunicação; 3) teste das experiências implantadas na década anterior; e 4) o apelo pela cidadania, que passa pela comunicação.

Foi um esforço grandioso tentar pontuar aqui algumas contribuições de quatro anos de pesquisa sobre a produção discente da pós-graduação brasileira. Na expectativa de fornecer algumas pistas para futuros estudos, segue minha contribuição à *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, a quem parabênizo e agradeço pelo importante trabalho na



área da comunicação e, em especial, da comunicação popular.

## 2. O universo da comunicação popular alternativa e popular comunitária

No cerne da comunicação popular estão as palavras-chave: povo, luta de classes, comunicação intraclasse, transformação social, instrumentalização, comunicação participativa, enfrentamento ao projeto capitalista e emancipação.

É importante esclarecer que os estudos sobre comunicação popular, assim como o próprio processo deste tipo de comunicação, não surgem de maneira planejada, tampouco advinda de alguma teoria. Eles foram forjados pela própria dinâmica das experiências desenvolvidas com um objetivo em comum.

Ao revisitar os conceitos e propor reelaborações atuais, Cicilia Peruzzo, em 2008, enfatiza que a comunicação popular “não se caracteriza como um tipo qualquer de mídia, mas como um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares. Essa ação tem caráter mobilizador coletivo na figura dos movimentos e organizações populares, que perpassa e é perpassada por canais próprios de comunicação” (Peruzzo, 2008a, p.368).

Para Pedro Gilberto Gomes (1990, p.15), o que torna uma comunicação popular é sua inserção num contexto alternativo que luta por transformações sociais. Assim diz: “Portanto a comunicação não se compreende como independente da circunstância social. Ela é uma engrenagem do contexto e, imersa nele, contribui com a sua parte para transformá-lo” (Gomes, 1990, p.15).

Regina Festa fala sobre a comunicação alternativa “que se realiza dentro dos espaços da relação prévia com o poder estabelecido, apesar dos conflitos”; e da comunicação popular, que, segundo ela, “nasce à margem desse processo, a partir de uma nova possibilidade protagônica” (Festa, 1984, p.164). Complementa a autora: “A primeira

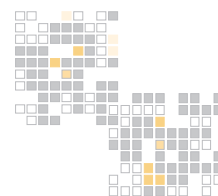
está determinada pelas condições econômicas e simbólicas da estrutura dominante e a segunda, pela organização de novas leis de cooperação, complementariedade, pela busca de uma outra identidade social, cultural e política” (Festa, 1984, p.164).

Sabendo-se que a comunicação é construção social, entende-se que o conceito que se originou da resistência à ditadura, tenha se transformado, impulsionado pelas mudanças políticas, econômicas e sociais no país. Cicilia Peruzzo fala sobre esta mudança conceitual.

*Nada mais natural do que ter havido mudanças desde o período auge da comunicação popular até hoje. Oportuno considerar que, num ambiente democrático, caracterizado por eleições diretas e mais liberdade de organização e de expressão no conjunto da sociedade, as lutas por comunicação, simbolizadas pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), obtiveram relevantes conquistas. Alterou-se também o processo de ação e de concepção da comunicação no contexto dos movimentos populares proporcionando o surgimento de formas mais plurais, avançadas e ágeis de comunicação (Peruzzo, 2008a, p.371).*

Segundo a autora,

*Com o passar do tempo, o caráter mais combativo das comunicações populares – no sentido político-ideológico de contestação e projeto de sociedade – foi cedendo espaço a discursos e experiências mais realistas e plurais (quanto a tratamento da informação, abertura à negociação) e incorporando o lúdico, a cultura e o divertimento com mais desenvoltura, o que não significa dizer que a combatividade tenha desaparecido. Houve também a apropriação de novas tecnologias*



*da comunicação e incorporação com mais clareza da noção do acesso à comunicação como direito humano* (Peruzzo, 2008a, p.373).

Comparando as experiências atuais com o contexto histórico dos anos 1970, 1980 e começo dos 1990, a autora destaca o fato de que a comunicação popular, atuando como contracomunicação, localizava-se preponderantemente no âmbito dos “movimentos populares, organizações de base, da imprensa alternativa, da oposição sindical metalúrgica, de ONGs, de setores progressistas da igreja católica, ou realizada por militantes articulados em núcleos de produção audiovisual” (Peruzzo, 2008a, p.371), e que, nos anos recentes, devido às variadas formas de mobilização da sociedade civil “pipocam experiências comunicacionais as mais diversas, incluindo as do tipo popular tradicional (hoje mais conhecidas como comunitárias e se baseiam em premissas de cunho coletivo), além daquelas realizadas por associações, ONGs, grupos ou até por pessoas autonomamente”.

O que não se pode, atualmente, é esperar uma produção semelhante de uma sociedade completamente reformulada tanto no que diz respeito a seus anseios, formas de organização e reivindicação, quanto à disponibilidade de ferramentas de comunicação; por mais que algumas dessas experiências tenham ainda objetivos que se aproximem das bandeiras levantadas pelos movimentos populares de 1970 e 1980.

Nesta nova configuração, Peruzzo identifica o fato de esses projetos envolverem bairros, entidades sem fins lucrativos, e às vezes se destinarem especificamente a adolescentes e jovens.

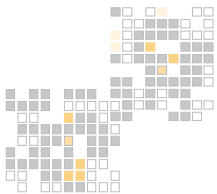
*Podem assumir um misto de mídia comunitária e alternativa, numa dinâmica em que se descobre que a confecção de meios de comunicação pode mediar favoravelmente à melhoria da autoestima, despertar uma*

*perspectiva profissional e a construção da cidadania em áreas carentes* (Peruzzo, 2008a, p.372).

O nome atribuído à comunicação desenvolvida depende, segundo a autora (Peruzzo, 2008a, p.368) “do lugar social, do tipo de prática em questão e da percepção dos estudiosos que avaliaram as experiências”, sendo denominadas por popular, alternativa, participativa, participatória, horizontal, comunitária, dialógica e radical. Apesar das diferentes denominações, Círcia Peruzzo (2008, p.368) aponta que o sentido político é o mesmo: “uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social”.

E esse é um ponto crucial na discussão da comunicação popular. Ela não pode ser definida conforme as características de uma publicação editorial, com política e objetivos claramente definidos. A comunicação popular envolve um contexto amplo de atuações, em que o foco não é necessariamente um veículo de comunicação, um instrumento, mas envolve todo processo de produção, de participação, de gestão dos meios, de desenvolvimento da criticidade, de consonância com as lutas sociais e do aprender a lidar com a própria diversidade que permeia o interior dos movimentos, pois como já dizia Pedro Gilberto Gomes (1990, p.33), “O povo não é uma realidade sociológica ou culturalmente homogênea”. Para Peruzzo (1998, p.370),

*Em síntese, a comunicação popular, alternativa e comunitária é expressão das lutas populares por melhores condições de vida, a partir dos movimentos populares, e representam um espaço para participação democrática do “povo”. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo”*



*como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa* (Peruzzo, 2008a, p.370).

Apesar de visualizarmos as dificuldades (e a impossibilidade) de definir com fronteiras precisas conceituações que diferenciem a comunicação popular alternativa da popular comunitária, existem algumas pistas apreendidas durante a revisão de literatura, que podem nortear nossa reflexão. A primeira é que tanto a comunicação popular e alternativa quanto a popular e comunitária têm o povo como protagonista, sendo este entendido como classe subalterna, com um perfil capaz de promover identificação (operários, mulheres, indígenas, moradores da favela x ou y) e interesses que os unem (melhores condições de trabalho, participação política, luta contra o preconceito, fortalecimento da identidade cultural, melhores condições de vida etc.).

Contemplam este processo uma dinâmica por vezes conflituosa de participação e de gestão dos meios de comunicação – dada a heterogeneidade dos membros participantes – assim como o foco de que todas as diferenças sejam vencidas em prol dos objetivos macros daquele segmento.

Mais importante do que os resultados, nos processos de comunicação popular alternativa e popular comunitária a dinâmica de criação, gestão, participação e conscientização dos partícipes enquanto as experiências se desenvolvem, já deve ser considerada por si só parte fundamental para o amadurecimento e empoderamento dos grupos envolvidos<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> A título de exemplificação, pudemos constatar na prática essa afirmação durante a análise de um jornal impresso produzido por jovens indígenas em Dourados/MS (Otre, 2008), em que o *target* da publicação era em sua maioria formada por pessoas não alfabetizadas e que não dominavam a língua portuguesa, nem falada nem escrita; e a

## 2.1 Uma categorização que possibilitasse as análises

Para selecionar os trabalhos e atribuir-lhes categorias específicas, o mais difícil de fazer nesta subárea precisava ser feito: separar as experiências em categorias/denominações, mesmo sabendo que elas são muitas vezes elásticas e híbridas. Também contava como empecilho o fato de não estarmos em contato direto com as experiências para analisá-las todas com os mesmos parâmetros. Nossa matéria-prima era um discurso (já enviesado pelas marcas subjetivas/discursivas do pesquisador) sobre as experiências. O ângulo que ele selecionou, os fatos que descreveu mais detalhadamente, as informações que achou desnecessárias – e que talvez nos interessasse – e assim por diante.

Foram analisadas 87 dissertações e 15 teses, segundo os parâmetros definidos para seleção da amostra e análise de conteúdo (Otre, 2016, p.31-5).

“O ponto de vista, diz Saussure, cria o objeto” (apud Lopes, 2001, p.122); devido a isso, consideramos importante elencar, dentre os critérios recuperados por meio de nosso quadro teórico de referência, baseado principalmente nas pesquisas de Cicilia Peruzzo (2004, 2008a e 2008b, 2009), e adaptados com base na pré-análise das teses e dissertações, alguns parâmetros que foram utilizados como critérios para o enquadramento.

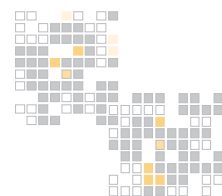
Por que desconsiderar, por exemplo, a imprensa alternativa do que entendemos aqui como comunicação popular alternativa?

Cicilia Peruzzo ressaltou a dificuldade de definir o alternativo em uma só perspectiva.

*Com o passar do tempo, o uso do termo “alternativo” para qualificar uma modalidade de comunicação foi se tornando mais complicado, porque seu significado, diante das*

---

experiência havia possibilitado diversas conquistas para o grupo envolvido com o jornal, assim como para toda a comunidade indígena das aldeias do Jaguapiru e Bororó.



*diferentes práticas que foram surgindo, não é unívoco. Ele tanto pode se referir a jornais e outros canais comunicativos independentes — orgânicos ou não a movimentos sociais e organizações congêneres — como a publicações alternativas elaboradas por segmentos da pequena burguesia e vendidas em bancas, ou à comunicação popular e comunitária, propriamente dita, e ainda àquela produzida por segmentos combativos da oposição sindical* (Peruzzo, 2009, p.132-3).

Neste novo contexto, ganha destaque a importância do “popular” como parte do alternativo, pois o povo em geral – não apenas intelectuais e jornalistas – passa a ter maior participação nestas experiências atuais de comunicação, principalmente os mais marginalizados: jovens pobres, mulheres vítimas de preconceito, minorias étnicas, grupos que lutam pela diversidade sexual, participantes de movimentos sociais etc. Extrapolam-se, também, em iniciativas alternativas de comunicação que não só impressas, mas audiovisuais, via internet, com apoio de mídias sociais etc.

Baseada nesta dificuldade, a autora publicou em 2009 um material em que propõe, para efeito didático, o agrupamento das iniciativas deste início de século em duas correntes: de um lado a “Comunicação popular, alternativa e comunitária”, e de outro a “Imprensa alternativa”. Para fins de nossa análise, ficaremos apenas no âmbito desta primeira corrente, já que foram as teses e dissertações sobre a CPAC que enfocamos em nosso trabalho. Vejamos:

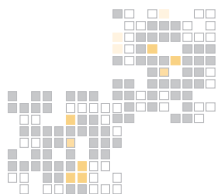
*1. Comunicação popular, alternativa e comunitária: trata-se de uma vertente constituída por iniciativas populares (do povo) no contexto de localidades, bairros, comunidades (presenciais ou virtuais), movimentos sociais e organizações civis congêneres sem fins lucra-*

*tivos. Surge para suprir necessidades de expressão de segmentos das classes subalternas em suas lutas pelo estabelecimento da justiça social. Constrói uma outra comunicação, que se distingue da mídia comercial pelos conteúdos difundidos, formatos, sistemas de gestão e/ou pela participação da população e pelo compromisso com o interesse público* (Peruzzo, 2009, p.140).

A fins de delimitação da análise realizada nesta tese, dentro da seleção e pesquisas em que aparecia o termo “Alternativo”, consideramos a mídia popular alternativa como aquela proveniente de uma organização da sociedade civil; em que o grupo se identifica por algumas questões (raça, classe social, gênero, etnia, interesse ambiental) e, por meio da mídia (mas não só por ela), questiona o problema que os envolve: preconceito racial ou étnico, desigualdades salariais, violências de gênero, e assim por diante.

Neste sentido, a experiência não indica buscar substituir a grande mídia; assim como não está clara a pretensão de apenas complementá-la. Porque não parece ser suficiente a estes movimentos que a grande imprensa continue a reproduzir a desigualdade que lhes é cara; já que o grupo tem outra forma de gritar. Pretende-se sim, transformar a sociedade e, para isso, chamar a atenção da grande mídia; já que não há como estes veículos, tão restritos e “pouco vendáveis”, serem uma versão capaz de competir em pé de igualdade com a versão oficial.

O que se pretende com a comunicação popular alternativa é questionar, ser contrainformação, opor-se ao que atinge o segmento ali representado, mas, sobretudo, provocar a mudança neste cenário em que os fluxos informativos são tão desiguais. É atingir a comunicação massiva e a sociedade – não necessariamente nesta ordem –, chamando a atenção para as causas pelas quais se luta. A mídia popular alternativa é um grito amplificado, no



sentido de dizer: “Há algo errado com o que vocês dizem e apresentam. Informem-se. Há outros ângulos. Outras verdades. Outras realidades”. De maneira sintética, assim a entendemos:

a) Comunicação popular e alternativa: processos diversos de comunicação (fanzine, jornal mural, vídeos) forjados, geralmente, com o apoio de um agente externo às classes populares (Igreja, movimentos populares, ONGs) e tendo como pano de fundo a questão da democratização da comunicação, do direito à voz e da crítica às desigualdades sociais. Além disso, esses veículos contam com a participação do povo em sua produção e/ou gestão. Não tematiza em primeiro plano as questões referentes à localidade, como problemas específicos do bairro, mas atua em uma esfera mais ampla de luta por direitos sociais, incluindo o direito à comunicação.

Com relação à comunicação popular e comunitária, na sistematização didática que produziu em 2009, Cicilia Peruzzo assim a descreve:

*[São] processos de comunicação constituídos no âmbito de movimentos sociais populares e comunidades de diferentes tipos, tanto as de base geográfica, como aquelas marcadas por outros tipos de afinidades. É sem fins lucrativos e tem caráter educativo, cultural e mobilizatório. Envolve a participação ativa horizontal (na produção, emissão e na recepção de conteúdos) do cidadão, tornando-se um canal de comunicação pertencente à comunidade ou ao movimento social e, portanto, deve se submeter às suas demandas (Peruzzo, 2009, p.140).*

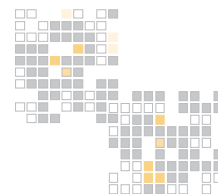
No geral, esta forma de comunicação tem sido vista como eficiente para unir comunidades

(geográficas ou não) em prol de seus objetivos. Não busca substituir a grande mídia, mas complementá-la, trazendo demandas particulares e que dizem respeito aos que dela se sentem parte, garantindo representação, mobilização e ampliação da cidadania; por meio de diversos meios de comunicação. De acordo com Malerba:

*Além dessa possibilidade de antes se representarem que serem representados, alguns veículos de comunicação comunitários têm desempenhado um importante papel de mobilizar indivíduos em torno de demandas sociais coletivamente reconhecidas. Através de uma rádio comunitária, uma página na Internet de um movimento social, um jornal local, um sistema de alto-falantes ou um vídeo de temática reivindicatória, iniciativas de pressão ao poder público e demais ações são orquestradas, fazendo com que a mídia comunitária se torne uma figura política cada vez mais importante para a garantia da democracia nas regiões em que surge: principalmente num país como o Brasil, onde as disparidades e injustiças atingem de forma mais austera àquelas parcelas da população há muito vilipendiadas dos acordos sociais coletivos (Malerba, 2009, p.60).*

Cicilia Peruzzo lembra ainda que o conteúdo da comunicação popular comunitária sofre alterações desde os anos 1980, pois ali se incorporavam as pautas dos movimentos sociais populares de maneira combativa e política; com denúncias e reivindicações. “Nos últimos anos, esses conteúdos, apesar de continuar a enfatizar as desigualdades e carências, se mostram mais plurais e amenos, sob os pontos de vista temático e político” (Peruzzo, 2003, p.248-9).

Na prática, a comunicação comunitária tem sua coesão baseada no respeito às diferenças e nos objetivos comuns. Está pautada na relação,





na vinculação com o outro. Neste sentido, deve ser participativa, horizontal, contar com a representação dos vários segmentos que a compõem, sem objetivos mercadológicos e, portanto, sem se render ao padrão da grande mídia.

Este tipo de comunicação, por estar a serviço do povo e ser produzido pelo povo, deve favorecer a criatividade, originalidade e liberdade de expressão; além de ser instrumento de transformação política, social e cultural de onde está inserido. Não está centrado em um veículo de comunicação específico, mas em um projeto processual que educa, motiva e que contribui para a ampliação da cidadania. De maneira sintetizada:

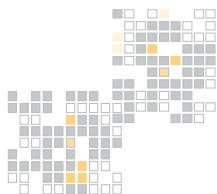
b) Comunicação popular e comunitária: Geralmente circunscrita a uma localidade, ou a comunidades por afinidades, em que o foco está, para além do produto comunicacional, nos processos vivenciados por meio da participação horizontal, da produção à gestão; processos educacionais que ampliam o olhar daquela comunidade sobre o que está “extra-muro”. Exige, para que a comunidade se aproprie da comunicação de maneira transformadora, processos que favoreçam a leitura crítica da mídia. Objetivam, na maioria das vezes, dar visibilidade às comunidades consideradas às margens da sociedade, mostrando um outro lado que na maioria das vezes a grande mídia não mostra; por isso, também se situa no âmbito da democratização da comunicação e na amplificação de vozes. Atua como contrafluxo comunicacional em um momento em que a mídia se coloca cada vez mais como legitimadora de discursos; não se posicionando como combativa à grande imprensa, mas como fonte silenciada ou cuja imagem é frequentemente deturpada ações que contribuem para os processos exclusivos. Sua

preocupação está geralmente focada nos projetos mais localizados de transformação social, como políticas públicas que digam respeito ao bairro; embora, para além dos aspectos políticos, também estejam a serviço da cultura local, da diversidade musical, religiosa; em situações de constante negociação entre seus membros, já que não se pode idealizar uma comunidade pós-moderna homogênea e sem conflitos.

Para fins de classificação das pesquisas analisadas, consideramos além das categorias apresentadas acima uma categoria intitulada jornalismo popular alternativo, conforme se explica:

c) Jornalismo Popular Alternativo: Menos amplo que a comunicação popular e alternativa, que pode envolver diversos processos que não apenas jornalísticos, consideramos como jornalismo popular e alternativo os processos jornalísticos forjados, geralmente, com o apoio de um agente externo às classes populares (Igreja, movimentos populares, ONGs), nas mesmas bases da comunicação popular e alternativa, no que diz respeito a temas, participação, postura ante aos grandes meios. A distribuição, geralmente, vai além da localidade, portanto, contam com tiragens volumosas, se comparadas às experiências de comunicação popular e comunitária. Devido a isso, assumem muitas vezes um padrão “mais profissional”, jornalisticamente falando, se compararmos com a mídia comunitária.

E, por fim, especificamente para a tese, instituímos uma última categoria que serviu para caracterizar pesquisas, geralmente de cunho teórico, que falavam de maneira ampla de uma comunicação transformadora e cidadã; ou de processos



diversos de comunicação em comunidades periféricas, sendo, portanto também entendido como um encontro de experiências alternativas e comunitárias de cunho popular em uma mesma localidade; a qual intitulamos de comunicação popular, alternativa e comunitária.

### **3. O mapeamento das dissertações e teses brasileiras sobre comunicação popular, alternativa e comunitária**

Apesar de parecer retórica, considero importante tecer algumas considerações, haja vista que tanto a filtragem das pesquisas quanto à análise de conteúdo empreendida, partem de um entendimento sobre a comunicação popular, alternativa e comunitária da própria autora, alicerçada nos delineamentos teóricos encontrados na fundamentação teórica e nas teses e dissertações, na tentativa de sistematização das experiências. Cada comunidade, grupo ou processo comunicacional analisado é único e permeado por especificidades. Não é a toa que as pesquisas da área são de cunho geralmente exploratório, na tentativa de apreender as particularidades de cada situação.

O amadurecimento durante as análises nos permitiu entender a dificuldade de não se trabalhar diretamente com cada experiência, mas com o discurso criado sobre a experiência. Na linha de Jiani Bonin (2008), fizemos uma pesquisa da pesquisa, ou seja, a análise de um material que já fora produzido conforme as angulações do pesquisador.

Nestes casos, ao invés de buscarmos informações externas sobre o objeto analisado, optamos por considerar as descrições feitas pelo pesquisador para denominarmos a experiência conforme nosso quadro de referência, considerando como primeira opção o que o pesquisador considerou. Em caso de divergências conceituais extremas, optamos por denominá-lo conforme acreditamos que as características seriam mais fieis a cada

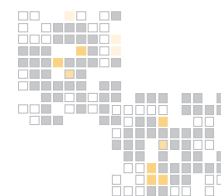
tipo de experiência, por exemplo, Adriane Lorenzon dos Santos (2004) chama de mídia alternativa o que denominamos comunicação popular e comunitária, já que a autora falava de rádios comunitárias para o fortalecimento de esferas públicas locais.

Isso porque cada um denomina conforme suas referências e em muitos casos ao dizer mídia alternativa ou comunitária, o pesquisador não está considerando toda a conceituação que está por trás do termo, mas utiliza-o de modo aproximativo entendendo, por exemplo, alternativo como o que não é grande mídia e comunitário como o que é feito numa localidade.

A título de exemplificação, os pesquisadores chamaram de 24 formas diferentes o que nós caracterizamos como 4 (quatro), buscando viabilizar a análise.

Não há, portanto aqui uma crítica a esses autores, tampouco o apontamento de que se equivocaram ao denominarem e montarem o quadro teórico que apoiou suas análises, mas o esclarecimento de nossos critérios.

Supúnhamos, com relação à dificuldade de classificação das experiências, que após 2002, os conceitos – comunicação popular, alternativa e comunitária – estariam mais consolidados, facilitando nossa análise. Porém isso não aconteceu. Amadurecemos quanto a isso também. Conceitos estáveis, neste caso, representariam ações engessadas, enquadradas, verticais; jamais garantiriam a liberdade, a criatividade, a horizontalidade, a adaptabilidade que cada grupo realiza ao construir sua experiência de comunicação popular, alternativa e comunitária. E como a práxis se faz assim, da mesma forma não poderíamos esperar conceitos certos nos trabalhos teóricos. Houve, porém uma maior tendência, mesmo que flexíveis e elásticas, sobre as denominações, o que facilitou a classificação e o entendimento das experiências, resumida no quadro abaixo, no que diz respeito a toda amostra:



Quadro1 – Eixo principal das pesquisas (1972-2012)

<b>Eixo principal</b>	Comunicação popular e comunitária	69
	Comunicação popular e alternativa	15
	Comunicação popular, alternativa e comunitária	8
	Jornalismo Popular Alternativo	10
	<b>Total</b>	<b>102</b>

As experiências mais estudadas em nossa amostra, 68%, dizem respeito à comunicação popular e comunitária. Se somados os trabalhos categorizados como jornalismo popular alternativo e comunicação popular e alternativa, que fazem parte de um mesmo tronco conceitual temos 24% do total. Percebe-se um movimento dos pesquisadores da área que partem da utilização do conceito mais amplo e comprometido “popular”, para um uso mais atual talvez com o objetivo de demarcar historicamente os contextos. Provavelmente tenha contribuído para essa maior utilização da expressão “comunitária”, os diversos estudos que passaram a ser feitos sobre o conceito de comunidade, a começar pela tese de Raquel Paiva, publicada em 1997 e lançada em forma de livro em 1998<sup>2</sup>.

Cicilia Peruzzo (2008a, p.368) já havia apontado o deslocamento da utilização do termo quando disse, que “desde o final do século passado passou-se a empregar mais sistematicamente, no Brasil, a expressão comunicação comunitária para designar este mesmo tipo de comunicação [popular], com um sentido menos politizado”.

Isto porque no contexto atual, apesar de dizer respeito a comunidades geralmente carentes e com necessidades de voz para conquistarem seus

2 Como não tivemos acesso à tese original da autora, apontada pela biblioteca depositária como extraviada, analisamos o livro elaborado a partir da tese e publicado em 1998.

objetivos e melhorarem sua qualidade de vida, o foco está no reconhecimento de seus direitos enquanto cidadãos e nos projetos políticos, sociais e culturais que envolvem a comunidade. Além disso, o surgimento e crescimento das rádios e televisões comunitárias, possibilitados pela tecnologia, inclusive com experiências de inserção digital, fomentaram

a utilização do termo comunitário(a) de maneira tão expressiva.

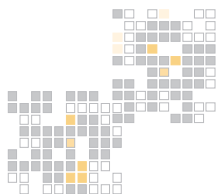
Destaca-se ainda a tendência a maior utilização do termo comunitário após a regulamentação Lei Federal nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995 – conhecida como Lei do Cabo e da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o serviço de radio-difusão comunitária.

#### 4. Reflexos do contexto histórico nas pesquisas

##### 4.1 De 1972 a 1992: reflexões fundantes para a comunicação popular no Brasil

Pudemos verificar a partir da análise de conteúdo das 102 pesquisas, que havia uma relação direta do contexto histórico em que as teses foram produzidas e as temáticas apresentadas.

As pesquisas situadas entre os anos de 1972 e 1992 colocam-se como reflexões fundantes para a comunicação popular, alternativa e comunitária no Brasil. Fazem parte desta primeira fase de análises, 11 pesquisas, sendo 8 (oito) dissertações de mestrados e 3 (três) teses de doutorado. Dentre os pesquisadores, que até então concluíam suas dissertações e teses, encontram-se Regina Festa, Carly Batista de Aguiar, Pedro Gilberto Gomes, Luiz Fernando Santoro, Ana Maria Cardoso de Andrade, Jane Brito de Jesus, Cicília Peruzzo, Edson Silva, Marina Yolanda Chávez Vargas, Xavier Joseph Fredrick e Maria Angela Mattos;



muitos deles que vieram a se tornar referência para os estudos posteriores sobre a subárea, englobando uma multiplicidade de temas que marcam de maneira clara a relação da comunicação popular com a Igreja católica (principalmente representada pelo movimento de base e pelas Comunidades Eclesiais de Base); dialogam com os conceitos marxistas de classe e dos conflitos de classes como pano de fundo da comunicação popular; falam sobre experiências de vídeo, rádio e jornal impresso populares; além de discutirem a importância dos Centros de Documentação e Informação populares; enfocam a participação como peça chave para este tipo de comunicação; analisam experiências em comunidades indígenas do Equador; e, por fim, analisam a inserção do popular no ensino superior em comunicação. É um grande leque de discussões que dá conta da amplitude e complexidade do universo da CPAC. A Universidade de São Paulo e a Universidade Metodista de São Paulo ocupam neste momento posição central no interesse pela CPAC, sendo 6 (seis) pesquisas desenvolvidas na USP e 4 (quatro) na UMESP. Uma fora proveniente da Universidade de Brasília (UnB).

Vale lembrar que este período (1970, 1980 e começo dos 1990) marcou a passagem de um regime ditatorial para um regime democrático no Brasil, de maneira lenta e gradativa, acompanhado por experiências diversas de comunicação popular alternativa, imprensa alternativa, organização dos movimentos populares, mobilização de comunidades.

Também deve-se considerar a questão da atualidade do tempo estudado e da vivência que marcou a vida dos pesquisadores, muitos deles também ativistas. Isso é um caráter interessante dessa fase. Em todos os trabalhos os pesquisadores estão envolvidos ativamente com a práxis da comunicação popular e se propõe a estudá-la para melhor entender o que se passou naqueles anos, para registrar historicamente as experiências e

para compreender o quanto aqueles processos foram ou são importantes para a consolidação da democracia, que ainda engatinhava.

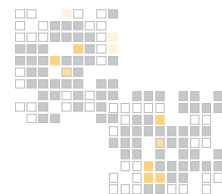
Destaca-se também os depoimentos pessoais dos pesquisadores, geralmente alocados na introdução das teses e dissertações, assumindo a relação passional com o tema e o esforço empreendido para analisarem da maneira mais neutra possível os fenômenos escolhidos.

Esse período foi marcado pelo uso dos termos “popular” e “alternativo”, já que de 1972 a 1992 eram ainda muito fortes as influências da imprensa alternativa, de onde parte a denominação “comunicação popular e alternativa”, além de que estava latente uma necessidade da população em geral e dos movimentos populares em particular, respaldados pela academia, de serem uma alternativa aos modelos político, econômico, social e cultural vigentes.

#### **4.2 De 1993 a 2002: legalização e democratização em destaque**

Se nas duas primeiras décadas de pesquisa o total de trabalhos com esta abordagem era 11, vivenciamos no final do século XX e início do século XXI o dobro de produções sobre os temas (22), aumento certamente impulsionado pelo maior número de programas de mestrado e doutorado em Comunicação no País, mas também pela importância que tais temas representaram nos últimos anos. Acreditamos que as eleições diretas (1989) e a sensação de liberdade política, de expressão e de mobilização da sociedade civil tenham contribuído para esse salto de 100% nas pesquisas. Como optamos por analisar de maneira dialética essas pesquisas, consideramos a seguir o contexto que permeavam essas produções.

Segundo destacou Malerba (2009, p.60) em sua dissertação de mestrado, quando identificou um crescimento no interesse acadêmico sobre o estudo da Comunicação Comunitária, este resultado se daria devido ao “aumento no número e na



importância das próprias mídias comunitárias e o conseqüente avanço do seu poder de influência na sociedade e na própria mídia tradicional”. Além disso, esse período se destaca por dois marcos legais: a institucionalização dos canais comunitários através da Lei Federal nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995 – conhecida como Lei do Cabo; e a Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que instituiu o serviço de radiodifusão comunitária.

Depreendemos da análise de conteúdo que das 22 pesquisas de mestrado e doutorado deste período, apenas uma fixava seus olhos para um período histórico maior que 10 anos atrás, estudando os jornais alternativos da Amazônia numa análise que foi de 1971 a 1981. Trata-se da tese de doutorado de Pedro Vicente Costa Sobrinho (2000), intitulada “Meios alternativos de comunicação e movimentos sociais na Amazônia ocidental”. Outros trabalhos que diziam respeito a períodos anteriores (1920 e 1962); faziam um resgate sobre Rádio comunitária (Santiago, 2002) e TV comunitária (Silva, 2000), porém, de forma que o momento histórico retratado durante toda a pesquisa, embora começasse em anos passados, fora atualizado até os anos 2000.

Muitos pesquisadores destacaram em seus trabalhos que analisavam o objeto que ainda estava em movimento e, mais do que enxergar um problema nisso, viam uma oportunidade de verificar durante o processo de desenvolvimento do objeto (por exemplo, a instalação dos canais comunitários na TV a Cabo) como as experiências se davam, servindo de motivação para futuros projetos.

Se no primeiro período de análise 90% das pesquisas falavam da comunicação ou do jornalismo popular alternativo, neste segundo período este número se resume a cerca de 9%. Neste período, 82% dizem respeito à comunicação popular e comunitária, contra os 10% da fase anterior. Está claramente refletido o crescimento das experiências e reflexões sobre comunicação comunitária

e o abrandamento das discussões em torno do alternativo; pois com o fim da ditadura, o eixo de discussão se modificara do enfrentamento para a democratização.

### **4.3 De 2003 a 2007: testando as experiências e forjando identidades**

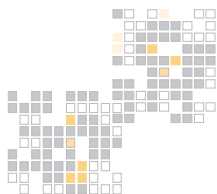
Fazem parte deste período de análise, que vai de 2003 a 2007, 25 pesquisas sobre comunicação popular, alternativa e comunitária, sendo 20 mestrados e 5 (cinco) doutorados. Dessas, 21 falam sobre a comunicação popular e comunitária.

Sedimentadas algumas conquistas nos anos anteriores - fim da censura, fim da perseguição pela ditadura, regulamentação dos sistemas de Rádios e TVs Comunitárias etc. – os pesquisadores voltam seus olhos para uma vertente da comunicação popular que não é exclusiva desta década – sempre se falou da relação intrínseca entre comunicação popular e cidadania - porém, neste contexto, a relação parece ganhar mais destaque. É como se a conquista da cidadania fosse atividade-fim do processo de comunicação popular e estivéssemos chegando lá; após duras batalhas.

Outro tipo de perseguição, que não o da ditadura, está presente nas pesquisas da década: perseguição às rádios que não têm a autorização conquistada. Devido a esse problema, alguns autores pontuaram em suas pesquisas a questão da municipalização das RadCom como uma possibilidade, uma saída para agilizar o processo das concessões, inclusive sendo este o foco da dissertação de Adriane Lorenzon dos Santos (2004).

A discussão identitária de “é uma comunitária verdadeira, mesmo sem a outorga?” ou ainda “é verdadeiramente comunitária só por ter a outorga?” também esteve presente nas produções acadêmicas do período.

Fechando as observações sobre as temáticas subjacentes nestes cinco anos que foram de 2003 a 2007, no geral, apesar de identificarem problemas e limitações nas experiências comunitárias,



os pesquisadores demonstraram acreditar que as experiências, quando bem conduzidas pela comunidade, entidades e associações suporte e pelos gestores das experiências, podem fazer diferença na localidade em que estão inseridas.

#### **4.4 De 2008 a 2012: na contramão tecnológica, o grito por cidadania**

Os anos de 2008 a 2012 foram muito frutíferos para pesquisa sobre comunicação popular, alternativa e comunitária. Em cinco anos, foram 44 produções acadêmicas, sendo 42 dissertações e 2 (duas) teses, número que representa 43% do total de produções.

Apesar de serem maioria as pesquisas sobre comunicação popular e comunitária, o âmbito alternativo das experiências parece ganhar novo fôlego, se somarmos a comunicação popular alternativa e o jornalismo alternativo de base popular. Indígenas, moradores de rua, moradores das periferias, movimentos sociais se levantam, de diversas maneiras. Jornal impresso, revistas, mídias digitais, vídeo, teatro aparecem como suportes que amplificam o descontentamento da população. No contexto atual, não há uma ditadura a enfrentar, mas há um estado de ausência de direitos e uma economia neoliberal, que moldaram, para além da luta de classes, um grupo que exclui e outro que é excluído. O grito é por cidadania.

O conceito mais utilizado pelos pesquisadores no período de 2008 a 2012 continua sendo, em 75% dos casos, comunicação comunitária.

O tempo retratado nas análises foi majoritariamente os primeiros anos do século XXI. As 38 pesquisas que explicitaram o contexto temporal das experiências/análises, mesmo que tenham resgatado historicamente outras décadas, atualizaram a discussão até os anos 2000. Outras 6 (seis) pesquisas enfocaram anos 1990 e anos 2000. A grande maioria, 26, retrata tempo compreendido entre 2000 e 2010; e 4 (quatro) delas

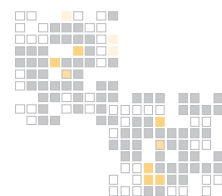
falaram mais proximamente ainda, dos anos de 2010 a 2012. Este quadro nos possibilita situar historicamente as pesquisas.

Em 2002, a vitória do Partido dos Trabalhadores, representado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva após outras três tentativas de chegar ao cargo presidencial (1989, 1994 e 1998), traz esperança para as classes populares, pois, pela primeira vez na história brasileira, um ex-operário ocuparia o posto mais importante do país. Apesar de haver certa identificação e esperança por parte das classes populares, os movimentos populares não só continuaram como inspiraram mais pesquisas sobre o assunto.

O foco não estava no embate político, mas no poder da organização popular para a reivindicação/ampliação dos direitos sociais, pois, apesar de algumas melhorias alcançadas (diminuição da pobreza, do analfabetismo, do desemprego etc.), as estruturas econômicas e sociais guardavam ainda muitas desigualdades que foram combatidas com os processos de comunicação popular, alternativa e comunitária, principalmente nos níveis locais, municipais e estaduais.

Indígenas, pessoas em situação de rua, moradores das periferias, ribeirinhos, sertanejos apesar de situados em contextos tão diversos representam nas pesquisas a mesma luta: contra a miséria, descaso políticos, falta de investimento em educação, saúde, moradia; muitas vezes vítimas de preconceito. Lado a lado com essas experiências, há também processos de mídia-educação se fortalecendo, com foco na formação crítica principalmente de jovens e adolescentes.

A cidadania foi tema recorrente. Em 20, das 44 pesquisas, identificamos que este enfoque ocupava papel de destaque. Aí está o maior desafio das classes populares ainda hoje: garantir direitos políticos, civis e sociais mínimos e, conseqüentemente, dignidade e cidadania. Como bem retrataram Jaime e Carla Pinsky (2003), em “História da Cidadania”, traçando desde os hebreus, a tra-



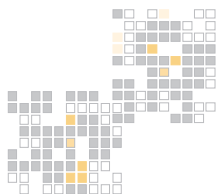
jetória dessa reivindicação, “cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço” (Pinsky, J.; Pinsky, C., 2003, p.9). Então de qual cidadania tem se falado ultimamente?

Não são discutidos, como à época da ditadura, os direitos elementarmente políticos (de votar e ser votado) com os quais se relaciona a cidadania com frequência. O foco também não está na liberdade, propriamente dita. Esses são, legalmente falando, direitos adquiridos. Diziam respeito a outro contexto. Nestes últimos cinco anos, quando se falou em cidadania, falou-se do direito à educação, do direito à saúde, da igualdade de participação nas diversas esferas sociais; falou-se contra o preconceito, contra a invisibilidade, contra o silenciamento das classes populares. Falou-se em direito à moradia, que, se a legislação garante, a realidade não. E como pano de fundo contra todos esses problemas, havia um caminho para o qual se apontavam soluções: políticas públicas: a comunicação como resistência e a necessidade de redefinições da esfera pública midiática. É a bandeira da cidadania comunicativa que as pesquisas sobre comunicação popular, alternativa e comunitária levantam como caminho/proposta para se atingir a cidadania plena.

## 5. Considerações finais

Há um crescimento exponencial da reflexão sobre a subárea ao longo do tempo, sendo que verificamos entre os anos 1972 e 1992, 11 pesquisas; entre 1993 e 2002, 22 pesquisas; e entre 2003 e 2012, 69 pesquisas sobre comunicação popular, num total de 87 dissertações e 15 teses. Identificamos que a comunicação popular e comunitária é a vertente de maior destaque na pesquisa de pós-graduação desta subárea.

Foi possível deprender da análise dos 40 anos de pesquisa em comunicação no Brasil, que originalmente é muito mais ampla do que a síntese apresentada neste artigo, que as transformações de cunho político, econômico, social e histórico estão contempladas nas pesquisas sobre comunicação popular, dando visibilidade acadêmica às demandas sociais e aos processos comunicacionais com objetivos divergentes da comunicação massiva. Além disso, essas pesquisas permitiram uma apropriação da universidade pelas classes subalternas, estimulando seus agentes a estudarem, analisarem e entenderem melhor suas realidades, assim como permitiram que pessoas de fora das comunidades lhes lançassem novo olhar reforçando a reflexão e dando visibilidade às experiências comunicacionais.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONIN, Jiani A. Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 37, p.121-128, 2008.
- COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. *Meios alternativos de comunicação e movimentos sociais na Amazônia ocidental*: (Acre: 197181). 227 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- FESTA, Regina. *Comunicação popular e alternativa: a realidade e as utopias*. 290 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo do Campo, 1984.
- GOMES, Pedro Gilberto. *O jornalismo alternativo no projeto popular*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1990.
- MALERBA, João Paulo Carrera. *Rádios Comunitárias 2.0: possibilidades e limites de rede de redes*. 180 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- PAIVA, Raquel. *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- PERUZZO, Cíclia Maria Krohling. *A participação na comunicação popular*. 234 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- PERUZZO, Cíclia M. Krohling. Mídia comunitária, liberdade de comunicação e desenvolvimento. In: PERUZZO, Cíclia M. K; ALMEIDA, Fernando F. (Orgs.). *Comunicação para a cidadania*. São Paulo: Intercom, Salvador, UNEB, 2003. p.245-264.
- PERUZZO, Cíclia M. Krohling. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- PERUZZO, Cíclia M. Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaboraões no setor. *Revista Palavra chave*, Colômbia, v. 11, n. 2, p.367-379, dez., 2008a.
- PERUZZO, Cíclia Maria Krohling. Da comunicação popular à imprensa alternativa no Brasil. *Revista Humanidades*. v. 55. p.100-108, agosto, 2008b.
- PERUZZO, Cíclia M. Krohling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 17, p.131-146, jun., 2009.
- PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.
- SANTIAGO, Geraldo José. *Rádio comunitária: simulação de uma identidade?* (estudo de caso das rádios comunitárias de Ribeirão Preto). 190 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2002.
- SANTOS, Adriane Lorenzon dos. *O Poder Local NO AR: a municipalização das rádios comunitárias e o fortalecimento de esferas públicas locais no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.
- SILVA, Daniella Goulart Rodrigues. *Quem te viu e quem te vê: os canais comunitários na TV a cabo*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

